

“Preservar o Passado é Construir o Futuro”

*Sônia Maria de Mattos Lucas**

A importância da preservação do patrimônio histórico e cultural na contemporaneidade

O desafio dos trabalhos voltados para preservação do patrimônio histórico e cultural no mundo contemporâneo é tanto maior quanto menos se conhece a herança deixada por nossos antepassados, e quanto menor for o registro, a documentação e a disponibilização dessas informações para o cidadão comum e o público em geral.

Com o crescente processo de globalização, os laços de identidade entre os diferentes grupos sociais, que até há pouco mantinham íntegros os vínculos culturais, passaram a sofrer, num ritmo acelerado, todo tipo de influências, abrindo-se para países e culturas do mundo inteiro.

No Brasil, particularmente, a grande diversidade de nossas origens étnicas e a dinâmica das trocas que ocorrem nos ambientes culturais e naturais em que vivemos, fermentam a tendência a privilegiar a atualidade dos acontecimentos, recriando novas comunidades, fazendo com que uma parte significativa da sociedade passe a reconhecer-se menos em suas heranças históricas e mais na modernidade e tendências exógenas produzidas por aqueles que detêm o poder de modelar a informação.

Em conseqüência, o interesse pelos temas relacionados ao nosso passado histórico e cultural encontra resistência nos mais diferentes setores da sociedade. Por outro lado, fatos políticos e personagens históricos são completamente ignorados e desmerecidos de sua importância e contribuição para o entendimento do país e do mundo em que vivemos, impedindo que sejam estabelecidas conexões entre a realidade presente e suas origens históricas. Também o sistema educacional brasileiro não incorporou, como fator fundamental ao desenvolvimento intelectual dos cidadãos, a importância da valorização desse passado, como referência essencial e necessária para a construção de um futuro mais digno e promissor para a nação.

Este desconhecimento gera atitudes de descaso, negligência e mesmo de depreciação do legado patrimonial, que deixa de ser visto como um aspecto importante no fortalecimento de nossa identidade, de valor único, a ser amado (ou mesmo odiado, mas que necessariamente deve ser conhecido), a ser respeitado e apreciado. Isto porque atribuir valor a um bem cultural é, de alguma forma, reconhecer-se nele, identificando-o como lugar de memória individual e coletiva, passível de estabelecer laços de pertencimento e de relação afetiva com o passado.

* Filósofa, fundadora do Instituto PRESERVALE, presidente da Associação Fazendas do Brasil e proprietária da Fazenda Vista Alegre, em Valença.

As conseqüências das mudanças econômicas e tecnológicas havidas em nosso país no século XX foram intensas, causando impactos dramáticos na preservação e sustentabilidade desse patrimônio histórico – material e imaterial –, dentre outros fatores, por produzir vorazmente o empobrecimento e a miséria, a migração das populações de suas comunidades de origem em busca de trabalho e meios de sobrevivência, provocando o rompimento de suas estruturas socioculturais e afetivas.

O quadro com que nos deparamos hoje reúne tantas urgências humanas, decorrentes dos modelos de desenvolvimento do mundo moderno, que exige que sejamos firmes em nossas certezas quanto à importância da luta que travamos em prol do conhecimento, da preservação e valorização do nosso passado histórico. Não apenas para termos o direito de (con)viver com dignidade no presente com nossas heranças passadas, mas também para garantir a continuidade do seu usufruto pelas gerações futuras. Em qualquer hipótese, é complicado falar de patrimônio... No entanto, é aí que se tornam imperativas a pesquisa, a produção de conhecimento, a divulgação, a interpretação e a utilização sustentável do patrimônio histórico, especialmente no caso brasileiro.

Alternativas de ações

Em todo o mundo, o bem cultural é reconhecido como um lugar ou objeto de memória a ser desfrutado pelos cidadãos, assim como de realimentação do sentido de identidade e pertencimento social. Isto acontece porque tais espaços são vistos como “ativos” da sociedade, e isso não apenas do ponto de vista do imaginário cultural. Investimentos públicos e privados fazem dessas áreas locais de intervenções físicas e financeiras importantes, através do planejamento integrado e coerência na aplicação de investimentos, criando oportunidades significativas para o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação da renda das populações.

No Brasil, em que pese um tradicional imobilismo das políticas públicas nesse setor, exemplos de preservação de conjuntos históricos para uso social, cultural e turístico, resultados de parcerias com a iniciativa privada, vêm dotando estes patrimônios de recursos humanos e financeiros para a sua revitalização. Um exemplo pioneiro é o ocorrido no Convento do Carmo, em pleno centro histórico de Salvador, restaurado pela rede portuguesa Pestana, que é hoje um dos melhores hotéis da região.

A recuperação de um prédio ou de um conjunto urbano de relevância histórica provoca no seu entorno um aquecimento na economia dos serviços, dos transportes, da moradia e do comércio. Gera também sentimentos de auto-estima e valorização da percepção do espaço social que respondem, em grande medida, pela dinamização da vida local. O turismo, como ferramenta econômica de manutenção do patrimônio e criação de oportunidades de trabalho e negócio, é um inegável aliado ao desenvolvimento humano local.

Os casos de sucesso são muitos e, na verdade, só não temos melhor desempenho do turismo cultural no país por falta de maior integração das políticas públicas, do empresariado e do terceiro setor para a sua dinamização. Aonde esta sinergia ocorre, os resultados se tornam evidentes na economia e na vida cultural das comunidades.

Num país em que o esquecimento e a perda da memória acontecem simultaneamente ao empobrecimento da sociedade e à decadência do legado patrimonial edificado e imaterial, as soluções que se apresentam como casos de sucesso na recuperação do patrimônio confirmam que vale a pena preservar. As experiências que vêm ocorrendo no Vale do Café fluminense são exemplos de parcerias bem sucedidas.

O Festival de Música Vale do Café é um evento que já faz parte do calendário cultural da região, atraindo cerca de 15.000 turistas aos municípios de Vassouras, Valença, Barra do Pirai, Rio das Flores, Paty do Alferes, Mendes, Paulo de Frontin e outros. No mês de julho, cerca de 20 Fazendas Históricas abrem as portas para concertos de música brasileira de qualidade. Também nas igrejas e praças da região, eventos gratuitos, bem como oficinas de música para jovens aprendizes, mostram que, quando a sociedade, os governos e as empresas se unem para promover o uso cultural do patrimônio, todos se beneficiam. Os hotéis, pousadas e restaurantes ficam lotados, visitantes de todo o Brasil se encantam com a cultura e a hospitalidade da região, e a economia local se movimenta, ampliando as opções de lazer.

O presente Inventário das Fazendas Históricas do Vale do Café foi patrocinado pela Light Serviços de Eletricidade S.A., através do Instituto Light e da legislação estadual de incentivos fiscais, com uso de recurso proveniente do Imposto de Circulação de Mercadorias – ICMS, capitaneado pelo Instituto Cultural Cidade Viva – ICCV, e realizado sob a coordenação técnica do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC. Esta iniciativa não poderia acontecer sem a total dedicação e o empenho da equipe técnica do órgão de patrimônio cultural do Estado, somado ao grande interesse de uma das maiores e mais antigas empresas do estado em assumir a sua parcela de responsabilidade social na região em que atua há quase 70 anos, contribuindo para o resgate e preservação desse rico Patrimônio Rural, bem como para a potencialização do seu reaproveitamento como vetor de desenvolvimento. A atuação do Instituto Cultural Cidade Viva, representando o Terceiro Setor nesta empreitada, confirma o tripé de sustentação das iniciativas de preservação do patrimônio cultural que garantem a sua sustentabilidade.

Avançando com o Turismo Cultural: Desafios e Oportunidades

O Turismo Cultural tem sido, no mundo contemporâneo, a maior ferramenta para a revitalização e uso sustentável do patrimônio. Seja através de iniciativas empresariais – como na implantação de hotéis, centros culturais ou empreendimentos comerciais – seja por intermédio de investimentos públicos e não-governamentais – na criação de museus, escolas, sítios e centros históricos recuperados para uso social.

Fazer da preservação de um patrimônio cultural, especialmente quando ele está localizado no meio rural, uma atividade sustentável, requer a diversificação de iniciativas e a integração a uma rede de apoios que podem ser institucionais e empresariais simultaneamente. O Turismo Cultural combina as duas possibilidades, acrescentando ainda a grande parceria com o Terceiro Setor, que pode promover as iniciativas de cunho educativo, acadêmico, institucional, de pesquisa e de desenvolvimento de projetos especiais.

O Instituto PRESERVALE lidera uma Rede Nacional de Hospitalidade no Espaço Rural, as FAZENDAS DO BRASIL, que engloba seis estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Pernambuco e Mato Grosso do Sul), oferecendo alojamento, entretenimento, animação turística e interpretação do patrimônio para o público nacional e internacional. O uso múltiplo das propriedades – aliando a produção agropecuária e rural à visitação, a hospitalidade e às atividades educativas, as FAZENDAS DO BRASIL têm conseguido um aumento substancial de receita que, reinvestida na melhoria e conservação do patrimônio, valorizam as propriedades e tornam as atividades rurais sustentáveis.

No caso do Vale do Café, a iniciativa dos proprietários encontrou grande apelo de público e de imprensa, a tal ponto que a região, conhecida como Vale do Paraíba, tem hoje um “nome de marca”, que é o Vale Histórico do Café, utilizado para denominar a região turística do estado do Rio de Janeiro. De fato, um grande número de hotéis e pousadas abre hoje as portas para turistas e estudantes, que vêm para conhecer o patrimônio interpretado das Fazendas, que conta a história do Ciclo do Café. Da mesma forma, grupos institucionais e empresariais de todo o país visitam a região para aprender como fazer o mesmo em seus locais de origem. Ou seja, é um caso de sucesso.

As oportunidades são econômicas, mas, sobretudo, socioculturais. A região do Vale do Paraíba foi, por muitas décadas, um lugar de baixa auto-estima, tendo passado pela grande débâcle (arruinamento econômico) do fim da escravidão, que sustentava a cafeicultura, seguido pela lenta decadência da agropecuária extensiva, que terminou por consumir as matas e as riquezas ainda existentes. As fazendas abandonadas eram vistas como monumentos à ruína, como símbolos de um passado ingrato de exploração.

A revitalização de algumas dessas fazendas recriou, além de uma nova dinâmica econômica – a do turismo - a possibilidade de redescoberta, pelas populações locais, do papel importante que desempenharam na construção de uma parte significativa da história do país. Hoje, as escolas visitam as fazendas para observarem in loco aquilo que os livros buscam contar. O resultado foi além das fazendas, e hoje as cidades históricas da região se empenham em recuperar seus prédios, cuidam de suas praças e jardins, mantêm museus e centros culturais, onde também o artesanato e a gastronomia regional estão à disposição do público para o entretenimento e comercialização de seus produtos.

Os eventos regionais são, atualmente, responsáveis por uma grande movimentação na economia regional. Realizados com grande resultado de público, como o já citado Festival de Música Vale do Café, e o Café, Cachaça e Chorinho – outro evento que conta com os apoios das prefeituras municipais, realizado nas praças e lugares públicos de 14 municípios – trazem para o Vale do Café um grande afluxo de visitantes, que injetam recursos em diversos setores da economia. Foi também criado, no ano 2000, o Conselho de Turismo da Região do Vale do Café (CONCICLO), reunindo as prefeituras e o empresariado regional para a divulgação da região. Enfim, toda uma séria de iniciativas encontra-se hoje ancorada nas fazendas restauradas, que oferecem visitas, serviços, eventos, hospitalidade e animação cultural.

O Turismo Cultural, contudo, implica por sua vez, em planejamento criterioso, investimentos em infra-estrutura, capacitação da mão-de-obra e uma grande reflexão quanto à capacidade de resiliência das cidades e de seu entorno. Há que se evitar que a exploração indiscriminada do turismo ponha em risco a sustentabilidade do patrimônio, do ambiente onde está inserido e a preservação do modo de vida das comunidades locais.

Agregando novos valores humanos e materiais ao patrimônio do Vale

Desde o início dos anos 80, a região do Vale do Paraíba Fluminense começou a reverter o quadro de estagnação econômica e degradação do seu patrimônio histórico, através da aquisição e recuperação, por novos proprietários, de antigas e imponentes fazendas cafeeiras do século XIX, algumas delas remanescentes do ciclo da cana-de-açúcar, ainda no século XVIII.

Inicialmente, vinham em busca de áreas para investimentos agropecuários e imobiliários atraídos, também, pela bela arquitetura das casas e pelo relativo baixo custo da terra. Com o passar dos anos, uma nova comunidade foi sendo forjada, agregando as pessoas “de fora” às famílias tradicionais da região, aos pesquisadores, arquitetos, historiadores, ecologistas e admiradores da riqueza cultural do Vale.

Tratava-se, naquele momento, através do resgate da história dessas propriedades, da memória de suas famílias, da importância de cada uma delas na construção e no desenvolvimento do território fluminense, de (re)agregar valor àquele vasto patrimônio, na busca de alternativas econômicas para a revitalização da região.

O surgimento, nos anos 90, do Instituto PRESERVALE – organização não-governamental que hoje reúne boa parte das propriedades históricas recuperadas do Vale do Café, é reflexo dessa mobilização, quando a ação de preservação foi acrescida de um interesse econômico sucedâneo: o turismo. Inicialmente criado com o objetivo de articular tais ações ao conceito de desenvolvimento, o PRESERVALE começou abrindo 5 fazendas à visita e à interpretação do patrimônio. A sociedade civil, associada ao interesse empreendedor, foi buscar ajuda nas prefeituras, órgãos de governo estaduais e federais, tentando criar no Vale do Paraíba um destino de Turismo Cultural baseado na preservação do seu patrimônio material, imaterial e ambiental.

Começava a nascer um tipo de “cidadania cultural” no Vale, que se manifestou no incremento da pesquisa histórica, no maior apuro na recuperação das sedes rurais, assim como no maior intercâmbio entre os proprietários e os organismos oficiais de preservação, como o IPHAN, o INEPAC, bem como aqueles de fomento à cultura e ao turismo (SEBRAE, Secretarias Estaduais de Cultura e Turismo, SESC, etc.). Atualmente, são 28 as Fazendas associadas ao Instituto, oferecendo hospitalidade, entretenimento, cultura e educação. As escolas da região e de todo o país vêm ao Vale para conhecer a história do Ciclo do Café.

Em 2005, O PRESERVALE obteve o reconhecimento oficial de suas ações, com o recebimento do Prêmio Estácio de Sá na categoria Preservação do Patrimônio Cultural, dado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da sua Secretaria de Cultura, fato que impulsionou significativamente as ações privadas neste campo.

A visão do proprietário

Um bem histórico particular, que se torna disponível à visitação, à pesquisa e ao conhecimento, oferece uma possibilidade de democratização do acesso à cultura, além de representar um investimento privado em um equipamento cultural que se abre ao público, sem receber qualquer subsídio, recurso ou mesmo amparo legal dos poderes públicos. Mesmo quando ele se torna um empreendimento comercial – no caso das Fazendas Históricas do Vale, que atuam em pequena escala – os custos de restauro, manutenção, interpretação e qualificação do patrimônio superam amplamente o retorno econômico, com a atividade de exploração do bem, ao menos no curto e no médio prazo.

É importante perceber que existe, do ponto de vista do proprietário, um desequilíbrio no jogo de forças entre o privado e o público, na medida em que aquele patrimônio, que passa a fazer parte do rol de atrativos culturais e turísticos de um município, um estado e um país, está sendo custeado e gerido inteiramente pelo proprietário, mas beneficia de inúmeras formas a sociedade como um todo, incluindo seus governos.

No Brasil, além de não haver compensações fiscais ou tributárias diretas para o proprietário que preserva voluntariamente e com recursos próprios o patrimônio não protegido legalmente, tampouco os há para aqueles que, sujeitos a legislação de tombamento, são obrigados a preservarem suas propriedades. Estas diferenças, entre os direitos e os deveres do proprietário de um bem tombado, criaram, ao longo dos anos, uma grande rejeição em alguns setores à idéia de tombamento. Especialmente aqueles que não dispõem de recursos para a conservação dos bens históricos, muitas vezes herança partilhada com diversos herdeiros, nem todos de comum acordo quanto à sua preservação.

Além das dificuldades financeiras dos proprietários, existe um problema tão ou bem mais grave, que é a falta de recursos públicos para que os organismos responsáveis pela preservação, fiscalização, registro e controle do patrimônio, possam levar a cabo suas muitas e fundamentais tarefas. Levando-se em consideração as dimensões de nosso território e a carência de infra-estrutura e de pessoal qualificado para dar conta da enormidade do patrimônio protegido, o que ocorre, em geral, é uma grande lentidão na aprovação de projetos, na concessão de licenças, na tomada de providências em casos de emergência, enfim, situações de impasse, nas quais ninguém fica satisfeito: nem o proprietário, nem os órgãos públicos responsáveis, nem a população.

As alternativas para este impasse vêm há muito sendo discutidas e pensadas por ambas as partes – poder público e setor privado –, com o objetivo de encontrar a justa medida entre a necessidade de preservação do patrimônio e a viabilidade de fazê-lo sem recursos. Mas muito ainda temos que caminhar.



Fazenda Florença, restaurada e funcionando como hotel em Conservatória, Valença

O fortalecimento dos organismos oficiais – leia-se a maior destinação de recursos, a realização de concursos públicos, a dotação orçamentária e a autonomia institucional – poderá permitir a maior eficiência e agilização dos processos de fiscalização, acompanhamento de projetos e mesmo a formação técnica de quadros profissionais, resultando em uma adequação das demandas entre a sociedade civil e o estado na questão da proteção legal.

Em quase todos os lugares do mundo dito desenvolvido, o tombamento representa uma qualificação altamente desejável para o patrimônio, que vê o seu preço de mercado valorado e a fidelidade na sua restauração garantida pela orientação constante oferecida pelos organismos responsáveis, além dos benefícios fiscais que geralmente acompanham a concessão do tombamento. Efetivamente, a proteção legal passa a ser aliada dos proprietários, na medida em que o aumento do valor imobiliário corresponde ao melhor estado de conservação e à adequada restauração do bem. Exemplo interessante pode ser encontrado no site do National Trust for Historic Preservation (www.nationaltrust.org), maior ONG norte-americana de preservação do patrimônio. A página referente ao mercado imobiliário de propriedades históricas reflete, inequivocamente, o aumento do valor do imóvel proporcionalmente à sua maior proteção legal.

A Legislação de Incentivo à Cultura na Preservação do Patrimônio

O surgimento da legislação de incentivo à cultura no país, introduzida nos anos 80, conhecida em âmbito federal como Lei Sarney e, ao nível estadual, no Rio de Janeiro, como Lei Moreira, representou um avanço considerável no exercício de políticas culturais do país – resguardando-se, contudo, que a legislação de renúncia fiscal é uma ferramenta de política cultural, não podendo ser considerada, ela mesma, como uma política em si.

Em suas versões mais contemporâneas, a legislação federal (Lei Rouanet) e a estadual (Lei do ICMS/RJ) evoluíram substantivamente, permitindo que o investimento no patrimônio histórico com base em recursos de renúncia fiscal pudesse ser utilizado para a sua recuperação e revitalização. No entanto, existem ainda diversos inconvenientes à sua aplicação, no que concerne aos bens privados, tombados ou em processo de tombamento que precisam ser regulamentados.

Fazem-se necessários, agora, como forma de instrumentalização da legislação de apoio à cultura, mecanismos de financiamento e benefícios tributários, voltados especificamente à preservação do patrimônio histórico. Dessa forma, torna-se possível que investimentos significativos de capital possam ser direcionados à tarefa de resgatar da ruína os registros de nossa história, que se encontram ameaçados pelo abandono, pelas mudanças na economia e pelas políticas vigentes.



Fazenda Vista Alegre, aberta à visitação em Valença

A disponibilização de financiamentos bancários a juros subsidiados e de longo prazo, para projetos e programas articulados às iniciativas de registro, documentação e proteção legal do patrimônio, tornará a tarefa de preservação economicamente viável e a sociedade disporá de condições mais favoráveis para empreendê-la. Não existem “impossibilidades” jurídicas ou econômicas para a implementação de medidas dessa natureza. Com o direcionamento de intenções e de políticas consoantes, grandes regiões detentoras de um acervo patrimonial – histórico e natural – poderão ser vocacionadas para o Turismo Cultural, fomentando o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de das comunidades rurais brasileiras.

Como última consideração, é necessário agradecer, primeiramente, aos personagens de nossa história que construíram e nos legaram testemunhos tão belos e importantes, e cuja herança nos permite restabelecer o elo entre o passado e o presente, olhando para o futuro. E, finalmente, aos proprietários e gestores desses bens históricos – privados e públicos, rurais e urbanos – que, direta ou indiretamente, lutam para garantir, com seu cuidado e dedicação, a conservação e a manutenção desse patrimônio para as gerações futuras.